

**Márcia Mascarenhas da Fonseca**

**Políticas para o ensino superior em Turismo: um estudo sobre um curso de graduação em Belo Horizonte**

**RESUMO**

Este trabalho tem como objetivo fazer uma interlocução entre o Turismo e as Políticas Públicas em Educação, em nível superior, para este campo do conhecimento. Para viabilizar tal objetivo, realizou-se um estudo de caso sobre um curso de Turismo, vinculado a uma Instituição de Ensino Superior da rede privada de Belo Horizonte. Foram utilizados, como instrumentos de pesquisa, a observação livre, entrevistas semi-estruturadas e a análise documental, além de uma exaustiva revisão do Estado da Arte do Turismo. Procedeu-se a uma retrospectiva histórica do Turismo, enquanto atividade humana pluridimensional. O seu aspecto comercial se desenvolve, notadamente, a partir da primeira metade do século XIX. Na área acadêmica, o campo do Turismo inicia a construção de suas bases teórico-conceituais mais propriamente a partir da primeira metade do século XX, com os aportes da geografia e da economia. No Brasil, o Turismo se desenvolve enquanto atividade socioeconômica ao longo do século XX, passando a contar com o tratamento político, administrativo, jurídico e acadêmico. Deve-se enfatizar que, na pesquisa realizada, constatou-se certo distanciamento do Estado no que tange a política de formação de *recursos humanos* para a área, até 1970. Somente a partir dessa década é que se começa a desenvolver uma capacitação sistemática nos níveis técnico e superior. Entretanto, nessa época, na qual se vivenciava o período de arbítrio, o turismo estava diretamente vinculado aos Cursos de Administração, promovendo, assim, sua redução a uma visão predominantemente empresarial. O *Currículo Mínimo*, então estabelecido pelo MEC, perdurou durante décadas, se traduzindo em matrizes curriculares *engessadas*, funcionais e distanciadas das reais necessidades do campo acadêmico. A LDB em vigor determina uma maior flexibilidade, instaurando bases mais democráticas para a educação nacional. As Diretrizes Curriculares para os cursos de Turismo foram aprovadas em 2002, se caracterizando, sobretudo, pela indefinição e imprecisão no que se refere ao perfil do egresso. A pesquisa empírica realizada detectou diversos problemas em relação às políticas públicas que trazem desdobramentos no Curso, tais como: desconexão entre as diferentes áreas do conhecimento, contempladas pelo currículo; falta de priorização das disciplinas referentes ao campo do Turismo; indefinição do perfil profissional; excessivas *habilidades e competências*; corpo docente não habilitado para a área do Turismo; carência de professores com tempo contínuo no curso; pouco investimento em pesquisa. Deve-se ressaltar que a investigação empreendida constatou um esforço da Instituição para minimizar esses problemas, traduzido, principalmente, no empenho do seu corpo docente rumo à construção de uma identidade própria para o Curso de Turismo.

Palavras-chave: Políticas Públicas para a Educação; Turismo; Ensino Superior de Turismo; Formação de Profissionais para o campo do Turismo.

## **Abstract**

This work presents an interlocution between Tourism and Education's Policies. The Minimum Curriculum established in the 70ths from MEC lasted for many decades and produced functional courses. The last Law of Education (LDB) defines more flexibility and more democratic foundations for national education field. The research shows many problems decurrent the public policies developed inside one tourism graduation's course im Belo Horizonte. But, the research also brings many efforts from this institution to reduce these problems, mostly, through the engagment of the teaching group towards the construction of an identity for the Tourism Course.